

Poucas opções, perto do ponto crítico

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — A profundidade da crise econômica é tão grande que a assessoria econômica do Governo está dividida: um novo choque antiinflacionário ou a adoção de novas regras de indexação, única forma de enfrentar o risco da hiperinflação.

É consenso entre os economistas oficiais que a deterioração da conjuntura econômica está muito próximo de atingir seu ponto crítico. Taxas mensais de inflação superiores a 15%, pressões incontrolláveis sobre preços do setor agrícola e um piso de indexação salarial de, no mínimo, 10% (por conta da URP), podem tornar choques um fato consumado, a despeito da vontade do Governo.

Tal como das vezes anteriores, contudo, as fontes advertem que o fiel da balança é a situação de

instabilidade política transmitida pela Constituinte e o descrédito do Governo após duas tentativas mal sucedidas de congelamento.

Segundo os informantes, caso se descarte a hipótese de choque, caberá administrar uma inflação entre 15% e 20% no primeiro trimestre de 1988, aceitando uma espécie de purga hiperinflacionária. A aceleração inflacionária dos últimos meses poderá acarretar, como conseqüência, uma defasagem no sistema de minidesvalorizações de 7%, reacendendo as expectativas de descontinuidade na política cambial.

Os técnicos do Governo detectam também apreensão no mercado financeiro com as pesadas colocações de títulos públicos, aumentando o endividamento interno acima das previsões. Por causa disso, o mercado moderou sua avidez nos leilões semanais e

o Banco Central aumentou o de-

Nesse clima de indefinições, a relativa estabilidade de alguns indicadores, como o da taxa de desemprego, surpreende os analistas. Em relação à produção industrial, a expectativa é que seu desempenho, menos satisfatório do que o deste ano, também implique em queda do PIB.

O ponto mais polêmico do debate, no entanto, é o atual modelo de indexação — e seus mecanismos formais e informais — principalmente diante do maior poder de determinados agentes de fixarem preços. Fontes do Ministério da Fazenda notam que um pacote antiinflacionário, no momento, teria que revogar a URP, porque no patamar de 10% ao mês ela torna-se, aos poucos, um mecanismo acelerador automático, equivalente ao gatilho salarial.

Além disso, com uma taxa próxima a 20%, a própria OTN corre o risco de tornar-se inadequada e

ságio na colocação das LBCs.

os ativos financeiros de se converterem em ativos reais, a exemplo do período pós-Cruzado.

Um estudo da área econômica, de circulação restrita, mencionou recentemente a existência de fatores potenciais que podem levar a economia à hiperinflação, embora neutralizada pela ausência de pressões de demanda. Aumentos reais de tarifas públicas, preços administrados com reajustes generosos e a liberação dos controles sobre quase todos os produtos industriais podem indicar — admitem as fontes — a tentativa de encontrar o vetor de preços de equilíbrio.

A ausência de condições políticas objetivas para tanto e a aparente oposição do Ministro da Fazenda, faz com que alguns economistas do Governo acreditem na opção de mudança da indexação.